

CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO



Pelo presente instrumento, de um lado o **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA DE ITAJAÍ - SC.**, com sede e escritório em Itajaí - SC, à Rua Pedro Ferreira nº 102, 2º andar, neste ato representado por seu presidente, FERNANDO LUIZ LEAL, autorizado pela Assembléia Geral Ordinária, e de outro lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE PESCA DE SANTA CATARINA**, com sede em Itajaí - SC., à Rua Blumenau nº 500, neste ato representado por seu presidente, MANOEL XAVIER DE MARIA, devidamente autorizado pela sua Assembléia Geral Extraordinária, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente **CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO**, que vigorará dentro da base territorial que for comum às entidades, ressaltando que por ter sido firmada após a data-base as empresas poderão fazer as correções de seus registros que disciplinem situações diversas das que neste instrumento são tratadas o que farão até o segundo mês de vigência, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1a. - DA VIGÊNCIA

O presente CONTRATO terá vigência de um (01) ano a contar de 1º de Março de 1998 e com término em 28 de Fevereiro de 1999.

CLÁUSULA 2a. - DATA BASE

A data base da categoria profissional fica fixada em 1º de Março de 1998.

CLÁUSULA 3a. - CORREÇÃO SALARIAL

O salário dos integrantes da categoria será corrigido em 100% do índice do INPC de 1º.03.97 a 28.02.98, excluído os que percebam e o PISO SALARIAL, que tem valor determinado em salários mínimos e os que recebam por produção.

CLÁUSULA 4a. - PISO SALARIAL

Fica estabelecido a título de Piso Salarial da Categoria que envolve apenas o pessoal dos Barcos de Pesca, de acordo com as funções exercidas, os seguintes valores:

Para os **PESCADORES** (tripulantes) equivalente a:

- 2,0 (dois salários mínimos);

Para os **MESTRES e MOTORISTAS** equivalente a:

- 3,5 (três salários mínimos e meio);

Parágrafo Único - Convencionam as partes que no caso de mudanças na conjuntura econômica do setor pesqueiro ou quanto a captura poderão através de negociações reverem os pisos ora estabelecidos.



CLÁUSULA 5a. - 13º SALÁRIOS

O décimo terceiro salário será pago até o dia 20 de Dezembro de cada ano.

CLÁUSULA 6a. - DOMINGOS E FERIADOS

Os serviços prestados nos domingos ou feriados, serão compensados, segundo a conveniência do serviço, por descanso em período equivalente no dia seguinte ou nos subsequentes ou por descanso no fim da viagem, ou ainda, pelo pagamento do salário correspondente.

CLÁUSULA 7a. - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Fica vedado o contrato de experiência para empregados que já trabalharam, anteriormente, na mesma empresa.

CLÁUSULA 8a. - LICENÇA REMUNERADA PARA CASAMENTO.

Aos empregados abrangidos pelo presente Contrato Coletivo, será concedido licença remunerada de 08 (oito) dias consecutivos ou uma viagem redonda, a partir do dia do casamento.

Parágrafo Único - No caso de embarcação que adote o procedimento de viagem redonda, este prazo será em cada caso revisto, para adaptá-lo ao sistema de viagem, embarque ou desembarque de acordo com o ajuste entre o interessado e a tripulação, que firmará expressamente o prazo de licença, não podendo exceder a uma viagem.

CLÁUSULA 9a. - NASCIMENTO DE FILHO

Será concedida licença remunerada de 06 (seis) dias úteis consecutivos para que o empregado possa prestar assistência a família, a partir da data do nascimento do seu filho, ou de seu retorno da viagem.

CLÁUSULA 10a. - RESCISÕES ASSISTÊNCIA SINDICAL

As rescisões de contratos de trabalho de empregados embarcados, após o vencimento do Contrato de Experiência, serão obrigatoriamente homologadas no Sindicato.

Parágrafo Único - As empresas que não efetuarem a homologação da rescisão de Contrato de Trabalho junto ao Sindicato Contratante, pagarão multa equivalente ao maior Piso Salarial da Categoria por rescisão não homologada. A multa reverterá aos cofres da Entidade Profissional.

**CLÁUSULA 11a. - COPIA DO CONTRATO DE
EXPERIÊNCIA E RESCISÃO**



O empregador se obriga a entregar a segunda via do Contrato de Experiência e/ou Contrato de Trabalho ao empregado quando da admissão, bem como cópia do recibo da rescisão.

CLÁUSULA 12a. - NORMAS CONVENCIONAIS

Nenhuma disposição de contrato individual de trabalho que contrarie esta Convenção poderá prevalecer na execução da mesma e serão consideradas nulas de pleno direito, incorporando-se à presente as alterações que a legislação impuser à política salarial.

CLÁUSULA 13a. - AUXILIO FUNERAL

Aos dependentes no caso de morte do empregado, será pago o valor de dois salários normativos da função do falecido.

CLÁUSULA 14a. - MENSALIDADES SINDICAIS

Desde que fornecidas as guias e a relação dos associados, as empresas recolherão ao Sindicato dos Empregados, até o 10 (décimo) dia do mês subsequente ao do desconto, as mensalidades, desde que por eles autorizados.

CLÁUSULA 15a. - SEGURO DE VIDA

As empresas, através do Sindicato Patronal, contratarão Seguro de Vida em Grupo e de Acidentes Pessoais, envolvendo a morte natural, acidental e invalidez permanente, sendo que o prêmio mensal será arcado, 50% (cinquenta por cento) pela empresa e 50% (cinquenta por cento) pelo empregado, mediante desconto em folha de pagamento.

Parágrafo Primeiro: O valor mínimo do seguro, no caso de morte, não poderá ser inferior a soma do salário normativo de 30 (trinta) meses.

Parágrafo Segundo: O empregado admitido na empresa ingressará no plano mínimo do seguro em cada escala de funções.

Parágrafo Terceiro: O empregado, mesmo estando em auxílio-doença ou acidentado, fora, portanto, das atividades, fará jus ao seguro.

Parágrafo Quarto: O plano de seguro deverá estender o benefício até 30 (trinta) dias após o efetivo desligamento do empregado.

Parágrafo Quinto: deverão as empresas optar por empresas seguradoras que ofereçam além das condições antes pactuadas, o pagamento de despesas ambulatoriais, médico-hospitalares, bem como a indenização em caso de morte da cônjuge do segurado ,

Several handwritten signatures in blue ink are present at the bottom of the page, including one on the left margin and several at the bottom right.



devendo para tanto ser fornecido ao segurado as informações que facilitam o acesso aos benefícios deste parágrafo no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 16a. - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO

AVISO PRÉVIO DE 60 (sessenta) DIAS - O empregado com mais de 03 (três) anos de serviço ininterrupto na mesma empresa, em caso de rescisão sem justa causa terá garantido o aviso prévio de 60 (sessenta) dias, sendo que 30 (trinta) dias serão pagos pelo piso.

EM IDADE DE APOSENTADORIA - Será garantido o emprego e salário, se o empregado contar com mais de 03 (três) anos de trabalho ininterrupto na mesma empresa e faltar 24 (vinte e quatro) meses para aposentadoria. Tempo este devidamente comprovado com contagem do órgão previdenciário, por certidão ou declaração.

OS EMPREGADOS ACIDENTADOS NO TRABALHO - Que tiverem redução da capacidade laborativa, declarada pela Previdência Social, terão estabilidade no emprego, na forma do Art. 118 e Parágrafo da Lei nº 8.213, de 24.07.1991, salvo dispensa por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes ou ainda negar-se a retornar ao trabalho. Não será beneficiado com estabilidade o empregado que houver provocado o acidente em razão de dolo ou culpa, desde que seja comprovado pela CIPA da empresa, com assistência do sindicato.

CLÁUSULA 17a. - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

O empregado dispensado sem justa causa, no período de 45 (quarenta e cinco) dias da data que antecede à correção salarial, neles podendo se completar o aviso prévio já dado há mais de 15 dias, fará jus à indenização adicional de 01 (um) salário mensal, excluídas as rescisões na época do defeso.

Parágrafo Único - Ficará desobrigada ao pagamento da Indenização prevista nesta Cláusula e empresa que promover a rescisão por motivo dos defesos, desde que conceda a garantia de retorno. Concedida a garantia e não praticada, fará o empregado jus ao recebimento do piso vigente na época em que deveria retornar.

CLÁUSULA 18a. - FILIAÇÃO SINDICAL

As empresas colaborarão na filiação sindical de seus empregados entregando, no ato da admissão na empresa, ficha associativa fornecida pela entidade sindical, facultando, porém, a liberdade de associação.

CLÁUSULA 19a. - MULTA CONVENCIONAL

Fica estabelecida entre as partes convenientes, a multa de 20% (vinte por cento) do valor do Piso Salarial recebido pelo empregado objeto da multa, que será revertida em favor do empregado ou da empresa, quando descumpridas quaisquer cláusulas da presente Convenção, por infração e por mês, excluída a cláusula 14a..

Parágrafo Primeiro - A multa quando for cobrada através de ação judicial ou reclamada coletivamente, terá seu valor revertido aos cofres da entidade dos trabalhadores.



Parágrafo Segundo - Não estando o empregado devidamente segurado, na forma prevista na cláusula 15a. deste Contrato e ocorrer acidente com invalidez permanente ou invalidez parcial, pela perda de um ou mais membros ou da capacidade laborativa ou morte, a empregadora deverá pagar a indenização do valor do seguro em dobro, mesmo na invalidez parcial, como prevista na apólice acidentaria adotada pelas demais empresas, até 30 (trinta) dias após o evento.

CLÁUSULA 20a. - DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS

As empresas serão obrigadas a fornecer, no ato do pagamento, envelope ou documento discriminativo dos valores que os empregados receberem, inclusive recolhimento do FGTS

CLÁUSULA 21a. - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA ASSISTENCIAL

Fica acordado que todas as empresas de pesca, com sede ou filial na base territorial comum às entidades contratantes descontarão, compulsoriamente, de cada um de seus empregados, sindicalizados ou não, abrangidos pelo presente contrato a importância equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) ao mês dos valores dos pisos, exceção apenas aos meses de Março/maio/98, em razão de ser firmada a presente somente no mês de junho/98.

Parágrafo Primeiro - A contribuição da cláusula acima será repassada ao Sindicato dos Empregados através de guias próprias, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao desconto, sob pena de incorrer na multa de 20% (vinte por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequentes de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, ficando, nesse caso, o infrator isento de outra penalidade.

Parágrafo Segundo - Não haverá o desconto de que trata o parágrafo anterior, desde que o empregado comprove, ainda que seja com cópia do recibo de salário, que já efetivou o desconto no mês quando esteve empregado em outra empresa.

Parágrafo Terceiro - Havendo oposição de algum trabalhador quanto ao desconto referido nesta cláusula, a Empresa comunicará o fato imediatamente ao SITRAPESCA para que a Entidade Sindical Profissional providencie no prazo máximo de uma semana, Declaração de Oposição ao Desconto, que deverá ser firmada de próprio punho, pelo empregado perante um Diretor Sindical, ficando assim, dispensado do pagamento da Contribuição.

CLÁUSULA 22a. - COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL AOS ACIDENTADOS

As empresas complementarão a remuneração de seus empregados que estiverem em auxílio previdenciário decorrente de acidente de trabalho ou doença, desde

que o afastamento previdenciário seja superior a 3 (três) meses devendo o empregado apresentar o comprovante da previdência e sendo-lhe garantida a complementação durante o período de 12 (doze) meses, no máximo.



Parágrafo Único - A complementação acima será a diferença entre o valor pago pela Previdência Social e o valor do piso salarial devido ao empregado, caso o empregado estivesse em atividade.

CLÁUSULA 23a. - SOLUÇÃO AMIGÁVEL PARA LITÍGIO

O Sindicato Profissional compromete-se procurar uma solução amigável para qualquer reclamação que porventura tenham seus associados, dirigindo-se às empresas antes do ingresso em Juízo.

CLÁUSULA 24a. - DESLIGAMENTO FORA DO LOCAL DE CONTRATAÇÃO

Quando o desligamento do empregado se verificar fora do local de contratação, a empresa arcará com as despesas de viagem de volta ao local onde foi contratado, sendo que as despesas com alimentação poderão ser deduzidas na rescisão. Para os fins do disposto nesta cláusula o empregado deverá apresentar os comprovantes de despesas de viagem (transporte).

CLÁUSULA 25a. - PRODUÇÃO

Quando houver contratação com remuneração por produção, a cada acerto de contas não poderá ser ultrapassado prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Caso a viagem seja de longa duração, o acerto de contas será feito sempre no final das mesmas, obrigando-se a empresa a formular o pagamento até o 5º (quinto) dia após a atracação.

CLÁUSULA 26a. - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

A empresa fornecerá aos empregados gratuitamente equipamento de proteção de trabalho (ex: botas de borracha, capas de chuva, luvas, etc.), ficando vedado qualquer desconto do mesmo, desde que a perda do equipamento não tenha se dado por mal uso.

CLÁUSULA 27a. - CONCILIAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

Havendo divergências entre os contratantes por motivo da aplicação das cláusulas deste contrato, comprometem-se as partes, discuti-las com o objetivo de procurar um acordo que será expresso em termo aditivo, permanecendo, porém, qualquer dúvida, esta será dirimida pelo poder judiciário, por iniciativa de qualquer das partes.



CLÁUSULA 28a. - REVISÃO DOS DISPOSITIVOS

Os dispositivos da presente Contrato serão totalmente revisto ao término de sua vigência, comprometendo-se o Sindicato Patronal, até o dia 20 de Janeiro de 1999 o "ROL DE REIVINDICAÇÕES".

CLÁUSULA 29a. - LIVRE ACESSO

A Diretoria do SITRAPESCA terá assegurado livre acesso ao trapiche e embarcações acostadas aos cais, desde que acompanhado por representante da empresa ou armador.

CLÁUSULA 30a. - AVISO PRÉVIO

O Aviso Prévio quando concedido pela Empresa terá duração máxima de 15 (quinze) dias para o cumprimento pelo empregado, porém o empregado receberá o aviso prévio integralmente, ressalvado o período de início dos defesos.

CLÁUSULA 31a. - TAXA DE CONSULTA

As empresas que não forem associadas da entidade Patronal Contratante, pagarão a título de consulta e orientação na elaboração da rescisão do empregado demitido após término do Contrato de Experiência, ou com menos tempo se a empresa quiser a participação da Entidade Profissional, o equivalente a 6% (seis por cento) do menor piso da categoria. Ficam dispensadas as empresas Associadas à Entidade Patronal desde que em dia com suas contribuições (mensalidades), mediante apresentação da respectiva quitação ou tento constado de relação emitida por aquela Entidade para este fim.

CLÁUSULA 32a. - CURSOS DE FORMAÇÃO

Havendo Cursos de Formação no SESI, SENAI, CAPITÂNIA DOS PORTOS ou outra Instituição reconhecida e recomendada pelo Sindicato Patronal, as empresas de pesca à pedido do Sindicato Profissional, liberarão no máximo 2 (dois) profissionais (pescadores, motorista ou mestres) para participarem dos cursos profissionalizantes, sem qualquer prejuízo salarial ou ônus para os participantes.

Parágrafo Único - O Sindicato Profissional deverá consultar previamente o Mestre da Embarcação.

CLÁUSULA 33a. - EXAMES MÉDICOS

Os exames médicos laboratoriais, desde que exigidos por lei ou pelo empregador, serão pagos pelo empregador e realizados em locais por ele indicados.



CLÁUSULA 34a. - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Terá direito as férias proporcionais, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), o empregado que solicitar seu desligamento do quadro de funcionários, desde que tenha mais de 5 (cinco) meses de vínculo empregatício.

CLÁUSULA 35a. - DISPENSA POR JUSTA CAUSA

As empresas que demitirem os empregados por justa causa, obrigam-se a comunicar-lhes, por escrito, o motivo determinante da demissão, mencionando a letra do art. 482 da CLT, sendo que 01 (uma) via desta comunicação deverá ser encaminhada ao Sindicato Profissional, salvo quando houver a homologação da rescisão.

CLÁUSULA 36a. - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

As verbas rescisórias devidas aos empregados serão pagas nos seguintes prazos:

- a) até o primeiro dia útil imediato ao término do Contrato de Trabalho quando houver aviso prévio trabalhado;
- b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência, indenização ou dispensa do cumprimento do aviso prévio.

Parágrafo Único - Não sendo pagas no prazo acima as verbas rescisórias, ressalvados o casos de não comparecimento do empregado, serão atualizadas monetariamente.

CLÁUSULA 37a. - ANOTAÇÕES NA CTPS

Serão anotadas nas Carteiras dos Empregados, as funções efetivamente exercidas e respectivos salários.

CLÁUSULA 38a. - MEDICAMENTOS

As empresas poderão favorecer seus empregados, da seguintes forma:

- a) estabelecendo, sempre que possível, convênios com farmácias ou drogarias para compra de medicamentos;
- b) adiantando o valor pago pelos medicamentos, ou obtendo seu fornecimento para posterior desconto em folha, podendo a critério da empresa, quando o custo dos medicamentos ultrapassar a 20% (vinte por cento) do piso salarial, o desconto ser feito na folha de pagamento do mês e o saldo no mês seguinte.

CLÁUSULA 39a. - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

As empresas enviarão ao Sindicato da categoria Profissional, cópia do comunicado do acidente de trabalho fatal, tão logo tenha conhecimento do evento.




CLÁUSULA 40a. - INVENTÁRIO DO MATERIAL DE BORDO

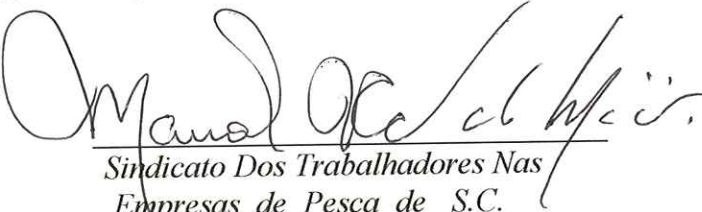
Ao condutor motorista e ao cozinheiro será apresentado o inventário de todo material existente a bordo e sob suas responsabilidades, sendo a relação pelos mesmos conferidas e assinadas, ficando a partir deste momento responsáveis por estes materiais.

E, por estarem, assim, justos e contratados, os representantes legais das Entidades Sindicais, assistidos por seus respectivos Advogados, assinam o presente documento em 06 (seis) vias, de igual teor, devendo ser encaminhada à DTR/SC para fins de registro.

Itajaí (SC), 25 de junho de 1998 .



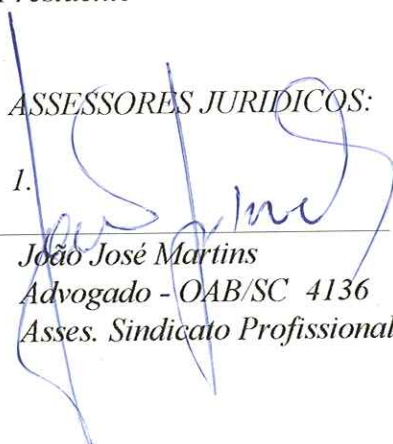
*Sindicato Da Indústria Da
Pesca de Itajaí
Fernando Luiz Leal
Presidente*



*Sindicato Dos Trabalhadores Nas
Empresas de Pesca de S.C.
Manoel Xavier De Maria
Presidente*

ASSESSORES JURIDICOS:

I.



*João José Martins
Advogado - OAB/SC 4136
Asses. Sindicato Profissional*



*Mario Cesar Dos Santos
Advogado - OAB/SC 3159
Asses. Sindicato Patronal*

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM S.C.
SERVIÇO DE RELAÇÕES DO TRABALHO
CONVENÇÃO COLETIVA Nº. 762/
Convenção Coletiva de Trabalho registrada nesta
DRT/SC às fls. 46 do livro nº 20, com
vigência 01/03/98 à 28/02/99
Florianópolis, 09/07/98



*Carlos Arthur Barboza
CHEFE SERVIÇO RELAÇÕES
DO TRABALHO - DRT/SC*